



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, PEDAGOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
INCLUSIVA - PROFEI



HELOISA ODETE CARVALHO GANZERT PONTAROLO

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ FABIANO COSTA JUSTUS

ESCOLA INCLUSIVA: UMA REALIDADE POSSÍVEL

Curso EaD para Professores com Alunos Inclusos no Município da Lapa-Pr

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva para obtenção do título de Mestre em Educação.

PONTA GROSSA

2025

P811 Pontarolo, Heloisa Odete Carvalho Ganzert
 Escola Inclusiva: uma realidade possível. Curso EaD para professores com alunos inclusos no município da Lapa-Pr / Heloisa Odete Carvalho Ganzert Pontarolo. Ponta Grossa, 2026.
 26 f.

Produto da dissertação *Escola Inclusiva: uma realidade possível para professores com alunos inclusos no município da Lapa-Pr - Curso EaD* (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. José Fabiano Costa Justus.

1. Educação a distância. 2. Formação continuada. 3. Educação inclusiva - Lapa (PR). 4. Formação de professores. 5. Políticas públicas educacionais - Brasil. I. Justus, José Fabiano Costa. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III. T.

CDD: 371.9046

INFORMAÇÕES

APRESENTAÇÃO

Mestranda em Educação Inclusiva pelo PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG na linha de pesquisa Inovações tecnológicas e Tecnologia Assistiva. Graduada no curso Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2012). Especialização em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela Faculdade dos Vales Elbira Danrell (2020), especialização em Psicopedagogia Institucional e clínica pela Faculdade dos Vales Elbira Danrell (2020) e especialização em Metodologia do ensino de artes pelo Centro Universitário Internacional (2013). Atualmente é Professora da Escola Municipal do Campo Aloísio Leoni. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação.

Link do currículo: <http://lattes.cnpq.br/3855124867786808>

No contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, a Educação Inclusiva fundamenta-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que define como Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) os estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Essa definição orienta a organização dos sistemas de ensino para garantir não apenas o acesso, mas a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes na escola comum.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015) estabelece que barreiras são quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam a participação social da pessoa. No contexto escolar, tais barreiras podem ser arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas e, sobretudo, atitudinais. Assim, a promoção da acessibilidade — entendida como condição de alcance e utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, da informação e do currículo — constitui eixo estruturante da prática pedagógica inclusiva.

CURSO EaD: ESCOLA INCLUSIVA: UMA REALIDADE POSSÍVEL

PLATAFORMA: NUTEAD

Link de acesso: <https://avalogin.apps.uepg.br/>

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS



Fonte: revistaeducacao.com.br/2017/05/27/o-uso-da-avaliacao-assistida-no-acompanhamento-de-alunos-com-necessidades-especiais/

Descrição da imagem: Na imagem que representa a inclusão em sala de aula aparecem 5 crianças e 1 professora. A professora e mais duas crianças estão sentadas, duas crianças estão em pé, uma delas está com a mão na cadeira de rodas, e a outra está em uma cadeira de rodas. Os cinco estão em uma sala de aula, onde vemos no fundo um calendário e estantes com livros. A inclusão está representada pela presença de meninos e meninas de raças diferentes, com necessidades diferentes. A cena representa uma aula de alfabetização.

A página termina com o vídeo da professora, onde os assuntos tratados serão:

- Apresentação da professora;
- A justificativa e os objetivos do curso;

- Os módulos que compõe o curso.

ENSINO APRENDIZAGEM

Ementa:

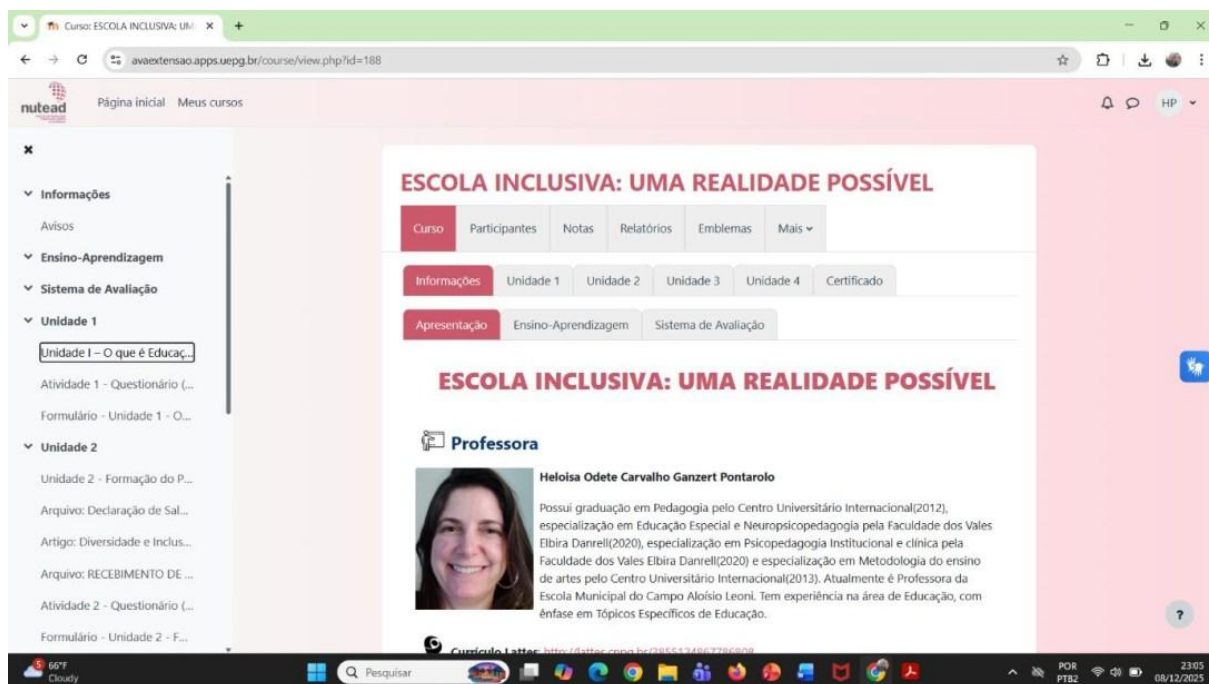
- Módulo 1: O que é educação inclusiva?
- Módulo 2: Formação do professor.
- Módulo 3: Flexibilização curricular e alternativas para práticas inclusivas.
- Módulo 4: Avaliação da aprendizagem dos alunos.

Objetivo geral:

- O objetivo geral do presente trabalho é implementar um o curso EaD para a formação e aperfeiçoamento de professores da rede municipal da cidade de Lapa-Pr.

Objetivos específicos:

- desenvolver um curso EaD com base no referencial teórico da inclusão e adaptação curricular;
- aplicar o curso EaD com auxílio da plataforma de cursos do NUTEAD-UEPG;
- avaliar as possíveis contribuições que o curso EaD pode trazer para a prática profissional dos cursistas.



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

MÓDULO 01 – O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

A educação é direito de todos e juntos fazemos parte do mesmo espaço escolar, convivendo e interagindo com crianças com deficiência e sem deficiência criando assim um ambiente onde a diversidade é respeitada. A inclusão acontece quando esse direito é reconhecido e aplicado efetivamente por todos.

A intenção de efetivar a inclusão nas escolas regulares tem se tornado muito presente nos nossos dias e por esse motivo tornou-se um dos focos da Legislação Brasileira. A Constituição Federal de 1988 no apresenta o capítulo III, na Seção I, no artigo 205 que [...] “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” [...] (Brasil, 1988, art. 205). Além disso, o artigo 208 assegura que “[...] o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, art. 208).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reafirma que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer de forma complementar ou suplementar à escolarização, não substituindo o ensino comum. Tal diretriz consolida o entendimento de que o PAEE deve estar matriculado na classe comum, cabendo à escola reorganizar-se para atender à diversidade.

Podemos verificar a diversidade de nossos alunos com e sem deficiência observando como eles aprendem. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1999 afirmam que atender as deficiências que alguns alunos apresentam requer estarmos atentos à diversidade, esta entendida como todas as variáveis possíveis de nossos alunos. Temos como responsabilidade da escola e dos professores em sala levar em conta os fatores sociais, culturais e econômicos, bem como a história educativa de cada aluno. Nesse sentido, emerge a concepção de currículo inclusivo, entendido como aquele que reconhece a diversidade como princípio estruturante do planejamento pedagógico. Conforme Mantoan (2003), incluir implica transformar a escola para que ela responda às diferenças, e não exigir que os estudantes se ajustem a um modelo homogêneo. Além disso devemos observar as características pessoais de déficit sensorial, motor, psíquico e de superdotação intelectual (Brasil, 1999).

Não basta apenas garantir o acesso dos alunos com deficiência. A LBI (2015) reforça que o direito à educação implica a eliminação de barreiras que impeçam a aprendizagem e a participação. Assim, permanência e qualidade não são efeitos automáticos da matrícula, mas resultados de práticas pedagógicas acessíveis, planejamento flexível e compromisso institucional com a equidade. É necessário que a permanência e a qualidade sejam garantidas para que possamos verificar o crescimento dos alunos.

Para que isso se efetive, deve haver parcerias que contemplem a assistência e o atendimento especializado, além da oferta da formação continuada dos professores das classes comuns para que possam atender as demandas que surgem em sala de aula. Podemos citar duas realidades que dificultam a realização das propostas de inclusão: o sentimento de despreparo das escolas e o sistema segregador que por muito tempo foi utilizado na Educação Especial (Heredero, 2010).

A Resolução CNE/ CEB N° 02/01 estabelece o que as escolas da rede regular de ensino devem fazer para proporcionar a inclusão:

Artigo 8 - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II – distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as

experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade.

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias e ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

VI - condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica [...];

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade (BRASIL, 2001, art. 8).

Silva Neto, et al, escreve sobre a Inclusão;

É preciso que entendamos que o ato de incluir é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças. A inclusão escolar não é um trabalho fácil. Estamos a rediscutir valores e preconceitos que estão enraizados em nossa cultura, mas estamos no caminho para alcançar a inclusão plena, pois são necessárias uma reestruturação progressiva e uma transformação do pensar a escola. (SILVA NETO, et al, 2018, p. 90).

MATERIAL DE APOIO AO ESTUDO:

HEREDERO, E.S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a32ada78-5614-4d17-a10f-faa2d29b761a>. Acesso em 06 jun. 2025

SILVA NETO, Antenor de Oliveira; et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 60, Jan-Mar, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf>. Acesso em 13 jun. 2025.

ATIVIDADE 01

Para que possamos conhecer sua história pedagógica, responda às seguintes questões:

- Quanto tempo de formado?
- Quanto tempo atua na sala regular?
- Já realizou cursos de formação continuada de professores sobre o tema inclusão?

- Tem pós-graduação em educação especial?
- Quantos alunos inclusos tem na sua turma regular?
- Quais suas maiores dificuldades (assinale quantas alternativas desejar):
 - () falta de apoio pedagógico
 - () muitos alunos com dificuldade
 - () excesso de alunos
 - () falta de experiência
 - () falta de cursos envolvendo inclusão
 - () outras: _____

ATIVIDADE 02:

Questão 01 – A educação inclusiva concebe a escola como um local aberto à diversidade, pois o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola decorre da possibilidade de conseguir progressos que sejam significativos para esses alunos, de modo que essas crianças interajam com as outras crianças que não são identificadas como especiais, havendo assim, uma troca mútua de conhecimento. (DINIZ, 2018).

⑨ A partir do texto, responda à seguinte questão: Qual sua visão sobre a escola como local aberto à diversidade e à inclusão?

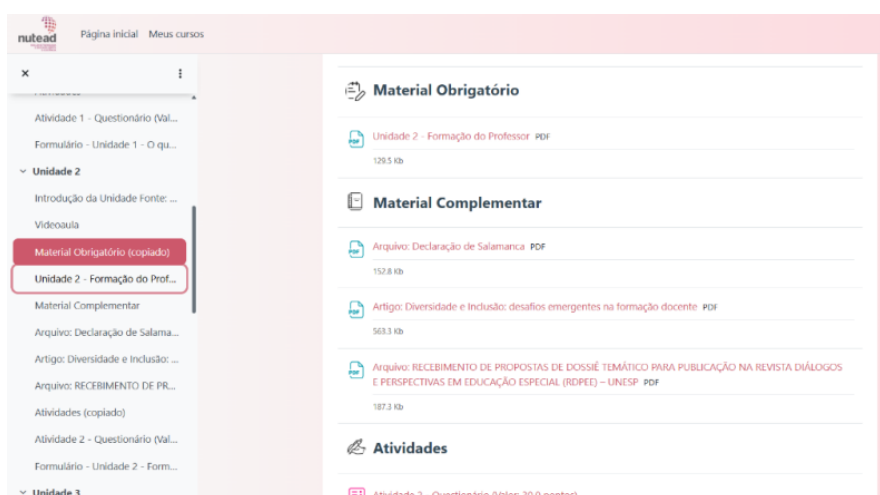
- a - Concordo plenamente com a proposição.
- b - Discordo, pois a escola não é lugar de socializar.
- c - Concordo, mas não me vejo aplicando na realidade.
- d - Discordo, pois devemos ter escolas especiais para esses alunos

QUESTÃO 02: Responda de acordo com sua concepção de escola:

- **Como o professor pode garantir a inclusão dentro de uma turma regular?**



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

MÓDULO 2 – FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O professor tem um papel central como mediador do conhecimento, devendo estabelecer relações favoráveis a todos os alunos, contribuindo assim para a inclusão, a aprendizagem, a evolução e a autonomia dos alunos com deficiência. A formação docente constitui elemento central para a eliminação de barreiras pedagógicas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, determina que os Estados assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, o que implica investimento contínuo na formação inicial e continuada dos professores. Como a escola é um espaço que sofre constantes mudanças, não devemos nos furtar na defesa da valorização e da formação do professor, pois assim terão condições de contribuir para que uma escola inclusiva se efetive na realidade (Reis, 2106).

Marlene Barbosa Freitas Reis nos apresenta a importância da formação:

A efetivação do direito à educação requer estratégias eficazes de enfrentamento dos desafios que se interpõem ao processo de construção dos sistemas educacionais inclusivos. Um dos caminhos mais seguros na consecução dessa tarefa passa pela formação inicial e continuada dos profissionais docentes, sobretudo para o cumprimento do papel social que a eles compete (Reis, 2016, p. 4).

É de conhecimento geral que apenas a formação acadêmica não é suficiente para que os professores possam atuar em sala, principalmente quando sua prática pedagógica está ligada aos princípios da inclusão. Formar para a inclusão significa desenvolver competências relacionadas à acessibilidade curricular, ao uso de tecnologias assistivas e à organização de práticas colaborativas. A ausência de formação adequada pode configurar uma barreira à aprendizagem do PAEE, uma vez que limita a capacidade do professor de planejar estratégias diversificadas.

Apenas a constante discussão e a reflexão coletiva podem ser efetivas para uma escola realmente inclusiva. A formação dos professores deve ir muito além da inicial adquirida nos bancos universitários, ela deve ser continuada, visto que as dificuldades se apresentam todos os dias e a escola está em constante mudança.

Para o professor atender aos alunos com deficiências nas salas de aula de ensino regular é um desafio muito grande. Pois sua prática deve garantir a aprendizagem de todos os seus alunos. Assim necessitamos de espaços que propiciem a discussão e a reflexão coletiva sobre a implementação de práticas realmente inclusivas em nossas escolas (Reis, 2106).

A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional com a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino e a garantia de permanência; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe (Reis, 2016, p. 17).

Toda essa realidade se apresenta pelo direito que envolve os alunos no âmbito da inclusão. Sobre isso, vale muito citar a Declaração de Salamanca, ocorrida na Espanha em 1994, que nos traz os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A educação para a diversidade, portanto, exige uma postura ética e política que compreenda a diferença como condição humana e a inclusão como princípio estruturante do sistema educacional. Sobre a inclusão, a Declaração proclama:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Salamanca, 1994, p. 8).

Diante disso notamos a importância em quebrar a visão excludente que muitas vezes são praticadas pelos sistemas de ensino que buscam separar os alunos que apresentem deficiências dos alunos que não as apresentam. Incluir é muito mais que colocar todos em uma mesma sala de aula, é garantir uma condução pedagógica adequada para que a aprendizagem se concretize para todos os alunos dentro da sala de aula, independentemente de suas dificuldades ou necessidades.

Uma das propostas que surge como apoio na responsabilidade mútua entre o professor comum e o professor especializado de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de alunos é o Coensino. Para isso a formação continuada do professor deve ser prioridade, pois apenas com o estudo e a discussão constantes podemos quebrar as barreiras que dificultam a inclusão em nossas escolas.

MATERIAL DE APOIO AO ESTUDO:

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 jun. 2025.

REIS, Marlene Barbosa Freitas. **Diversidade e Inclusão: desafios emergentes na formação docente.** Revista de Educação, Linguagem e Literatura, v, 8, n, 1, 2016. Disponível em: [file:///D:/Usu%C3%A1rio/Downloads/admin,+Journal+manager,+4731-15826-1-RV+ok%20\(4\).pdf](file:///D:/Usu%C3%A1rio/Downloads/admin,+Journal+manager,+4731-15826-1-RV+ok%20(4).pdf). Acesso em 10 jun. 2025.

VIRALONGA, Carla A. Rio; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Formação de professores como estratégia para realização do coensino.** v. 4, n. 1, 2017.

Disponível

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7327>

em:

Acesso em 09 jun. 2025.

ATIVIDADES

QUESTÃO 01 - Assista ao vídeo e responda:



<https://www.youtube.com/watch?v=qVHPy7Np9rE&t=36s>

O vídeo deixa claro que um dos obstáculos para a inclusão é o preconceito. Como a formação pode auxiliar os professores a enfrentar pedagogicamente essa realidade?

- a - Não existe formação que quebre os preconceitos.
- b - Nascemos com concepções definidas e não há como alterar isso.
- c - A formação pode nos dar ferramentas para o enfrentamento pedagógico perante a realidade da inclusão.
- d - Formação é importante apenas para agregar currículo.

QUESTÃO 02 - Em poucas linhas responda:

- O que você considera importante no processo de formação do professor?

nutead Página inicial Meus cursos

Material Obrigatório

Unidade 2 - Formação do Professor PDF
129.5 Kb

Material Complementar

Arquivo: Declaração de Salamanca PDF
152.8 Kb

Artigo: Diversidade e Inclusão: desafios emergentes na formação docente PDF
563.3 Kb

Arquivo: RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE DOSSÊ TEMÁTICO PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (RDPEE) - UNESP PDF
187.3 Kb

Atividades

Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

nutead Página inicial Meus cursos

Atividade 2 - Questionário (Valor: 30,0 pontos)

Questionário Resultados Mais

Receber uma nota

Aberto: sábado, 1 nov. 2025, 08:00
Fechado: domingo, 23 nov. 2025, 23:59

Atenção Cursista!!!

- Antes de responder as questões, estude os conteúdos da Unidade.
- Observe a data de abertura e fechamento do questionário.

Continuar a última prévia

Tentativas permitidas: 2

Método de avaliação: Nota mais alta

Tentativas: 9

Suas tentativas

Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

nutead Página inicial Meus cursos

Assista ao vídeo e responda:

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO - UM VÍD...

Assistir no YouTube

O vídeo deixa claro que um dos obstáculos para a inclusão é o preconceito. Como a formação pode auxiliar os professores a enfrentar pedagogicamente essa realidade?

☐ a. A formação pode nos dar ferramentas para o enfrentamento pedagógico perante a realidade da inclusão.

☐ b. Não existe formação que quebre os preconceitos.

☐ c. Nascermos com concepções definidas e não há como alterar isso.

☐ d. Formação é importante apenas para agregar currículo.

Navegação do questionário

1

Finalizar tentativa...

Iniciar nova visualização

Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

MÓDULO 03 - FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O professor precisa refletir sobre o currículo proposto, questionar os conteúdos existentes e objetivos previamente definidos, tendo como base a realidade de sua turma, adequando o currículo à realidade vivida em sala de aula. Não é uma tarefa fácil, mas é possível. A falta de recursos faz com que o professor invente, crie estratégias de ensino onde não é necessário o uso desses recursos, principalmente tecnológicos, sendo essas estratégias essenciais na construção da aprendizagem desses alunos.

A flexibilização curricular fundamenta-se na concepção de currículo inclusivo, que pressupõe a organização do ensino considerando a variabilidade humana como norma. O Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018) propõe múltiplos meios de representação, expressão e engajamento, antecipando barreiras e ampliando o acesso ao conhecimento desde o planejamento inicial.

Muitas são as tecnologias que podem auxiliar a prática docente atualmente (Tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs), Metodologias ativas, Ensino colaborativo, Desenho universal para aprendizagem (DUA)). O seu uso em sala de aula pode auxiliar no processo de aprendizagem do aluno, levando em conta o ritmo de aprendizagem e as necessidades individuais, tornando assim as aulas mais atrativas e participativas, estimulando o pensamento crítico, resolução de problemas e a criatividade nos estudantes. O professor deve integrar o uso das tecnologias nas suas aulas, porém, muitas vezes a falta de conhecimento e de formação para compreender a finalidade a respeito do uso das TDICs se impõe como realidade cotidiana na maioria das unidades escolares. O professor deve ser criativo ao planejar um ambiente educacional flexível, usando soluções com maior ou menor uso da tecnologia, fazendo com que os alunos progredam de onde eles estão e não de onde imaginamos que eles estão.

As adaptações curriculares podem ser de Pequeno Porte se realizam dentro de sala de aula, desenhada para todos os alunos atendidos, com o objetivo de atender as diferenças individuais, mas que não afetam o ensino básico do currículo oficial. Não acontece mudanças substanciais, apenas pequenas adaptações na prática cotidiana. Tais adaptações não significam empobrecimento do currículo, mas constituem estratégias de acessibilidade pedagógica. A LBI (2015) define adaptação

razoável como modificações e ajustes necessários que não acarretem ônus desproporcional, assegurando igualdade de oportunidades.

Segundo Sebastian Heredero, a ordem que as adaptações curriculares podem ser aplicadas em uma determinada ordem que, aproximadamente, pode ser a seguinte:

- a) Procedimentos de avaliação (provas orais, escritas, observação, caderno...);
- b) Organização, ou disposição física da sala (em U, V, em círculo...), assim como no uso de outros espaços (biblioteca, audiovisuais, contexto da escola...);
- c) Temporalidade (dedicar mais tempo a um conteúdo, facilitar tempo extra em uma prova...);
- d) Agrupamentos (trabalho individual, pequeno grupo, em duplas, grupos flexíveis);
- e) Metodologia didática (apresentação de conteúdos, exposição do professor, trabalhos dos alunos...), assim como a realização de atividades alternativas (com diferentes níveis de profundidade), ou complementares (para praticar conteúdos não dominados);
- f) Uso de materiais (recursos extras, xerocópias) (Heredero, 2010, p. 203).

Outra recomendação que encontramos para que as adaptações de pequeno porte possam se efetivar em sala é a recomendação da realização de uma avaliação diagnóstica que apresente um perfil mais detalhado do aluno. De posse dessa avaliação podemos construir um documento de adaptação curricular individual com o objetivo de concretizar as adaptações propostas.

Sebastian Heredero ao mencionar esse documento individual, cita alguns critérios para que possamos produzir o mesmo:

- Partir sempre do projeto político-pedagógico e do currículo comum: programações didáticas de ciclo e matéria, ou planificação de aula;
- Assegurar de que temos em andamento outros recursos comuns (apoio, reforço...);
- Ter em conta os aspectos positivos que mais se destaquem do aluno;
- Buscar a possibilidade de obter êxitos por parte do aluno e uma motivação em suas próprias produções;
- Procurar que o aluno vá superando objetivos e necessite, cada vez, de ações menos individualizadas;
- Ao adaptar, devemos usar como critério de realidade e êxito;
- Considerar a realização de adaptações curriculares como processo dinâmico e flexível, portanto, submetido a modificações contínuas e acompanhamento do processo;
- Sempre é preferível expressar as decisões por escrito, identificando, ao mesmo tempo, as pessoas implicadas, e seu grau de responsabilidade. (Heredero, 2010, p. 206).

Também temos as adaptações curriculares de Grande Porte, que se efetuam nos objetivos, nos conteúdos e nos critérios de avaliação que venha de encontro com as necessidades de cada aluno. Mesmo nas adaptações de grande porte, deve-

se garantir a vinculação ao currículo comum, evitando práticas segregadoras. O objetivo é assegurar equidade, e não criar currículos paralelos desvinculados do projeto pedagógico da escola. Ainda segundo Sebastian Heredero, as características das adaptações curriculares de grande porte são:

- Supõem a possível modificação dos elementos do currículo referido ao qual, o como e o quando ensinar e avaliar e, portanto, podem afetar os elementos prescritivos, ou mínimos da planificação: objetivos gerais, conteúdos e critérios de avaliação.
- O ano, ou ciclo de referência para sua organização será sempre o mesmo em que se está escolarizando o aluno, ou aluna; esta é a grande diferença em relação aos modelos antigos de adaptação do currículo;
- Os conteúdos a serem trabalhados poderiam incluir outros de ciclos, ou cursos anteriores, ou posteriores.
- Estão orientadas para o alunato com deficiências diagnosticadas e, portanto, com necessidades educativas permanentes, por déficits pessoais, sociais, académicos, ou familiares permanentes, ou graves e, portanto, dificilmente elimináveis, ou permanentes. (Heredero, 2010, p. 204).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1999, as adaptações de grande porte “podem aparecer nas seguintes modalidades: organizativas, objetivos de ensino, conteúdo, avaliação, método de ensino, temporalidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos órgãos gestores (Brasil, 1999).

Finalmente, Heredero cita González Manjón trazendo que as adaptações de grande porte consistem em:

- Adequar os objetivos, conteúdos, ou critérios de avaliação;
- Priorizar determinados objetivos, conteúdos, ou critérios de avaliação;
- Mudar a temporalidade dos objetivos, ou critérios de avaliação;
- Introduzir conteúdos, objetivos, ou critérios de avaliação (altas capacidades);
- Eliminar conteúdos, objetivos, ou critérios de avaliação;
- Elementos curriculares modalidades adaptativas: (González Manjón, 1995; apud, Heredero, 2010, p. 205).

Quanto aos objetivos, à temporalidade, à metodologia e didática, à avaliação e aos conteúdos, Heredero continua:

Objetivos: - eliminação de objetivos básicos; - introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos.
Conteúdos: - introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos; - eliminação de conteúdos básicos do currículo.
Metodologia e Organização Didática: - introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem; - organização; - introdução de recursos específicos de acesso ao currículo.
Avaliação: - introdução de critérios específicos de avaliação; - eliminação de critérios gerais de avaliação; - adaptações de critérios regulares de avaliação; - modificação dos critérios de promoção.
Temporalidade: - prolongamento de um ano, ou mais, de permanência do aluno na mesma série, ou no ciclo (retenção) (González Manjón, 1995; apud, Heredero, 2010, p. 205).

Concluimos afirmando que a adaptação é um elemento essencial no processo de inclusão nas escolas. Assim, a flexibilização curricular constitui instrumento fundamental para a eliminação de barreiras à aprendizagem e consolidação de um currículo inclusivo. Sem conhecer os alunos e sem adaptar nossa prática pedagógica em sala, jamais conseguiremos assegurar que todos os nossos alunos tenham acesso ao aprendizado. Precisamos enxergar a todos com um olhar de atenção e cuidado para que a inclusão realmente se efetive em nossas salas de aula.

MATERIAL DE APOIO AO ESTUDO:

HEREDERO, E.S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a32ada78-5614-4d17-a10f-faa2d29b761a>. Acesso em 06 jun. 2025.

GLAT, Rosana; VIANNA, Marcia Marin; REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente**. Ciências Humanas e Sociais em Revista, p. 79-100, v. 34, n. 12. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/chsr.2014.005>> . Acesso em: 15 jun. 2025.

ATIVIDADES

QUESTÃO 01 - Assista ao vídeo e responda:



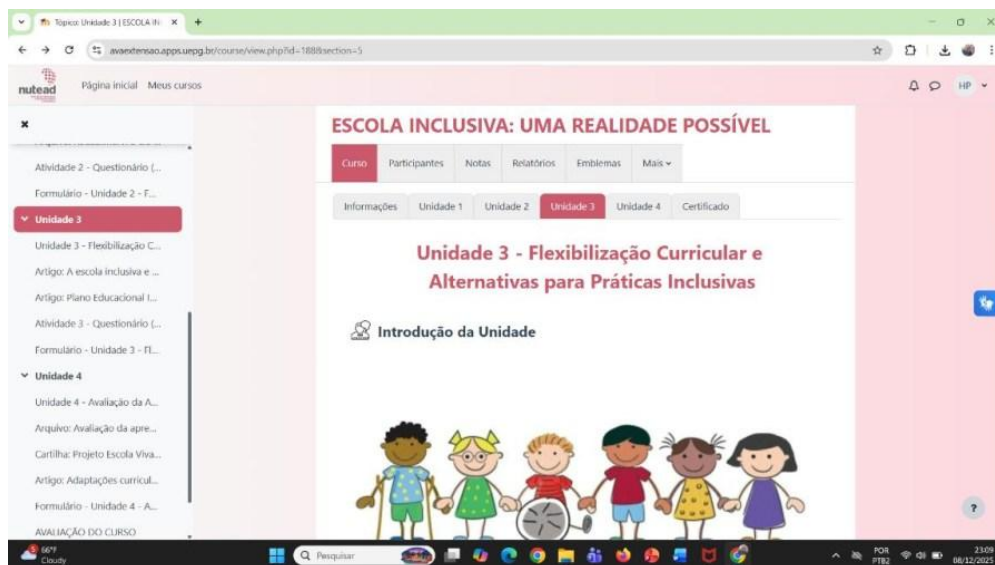
<https://www.youtube.com/watch?v=8iPP81pFYxA>

Dentro da sala de aula podemos ser apenas reprodutores de conteúdos ou podemos optar por uma postura inovadora frente ao currículo e à inclusão?

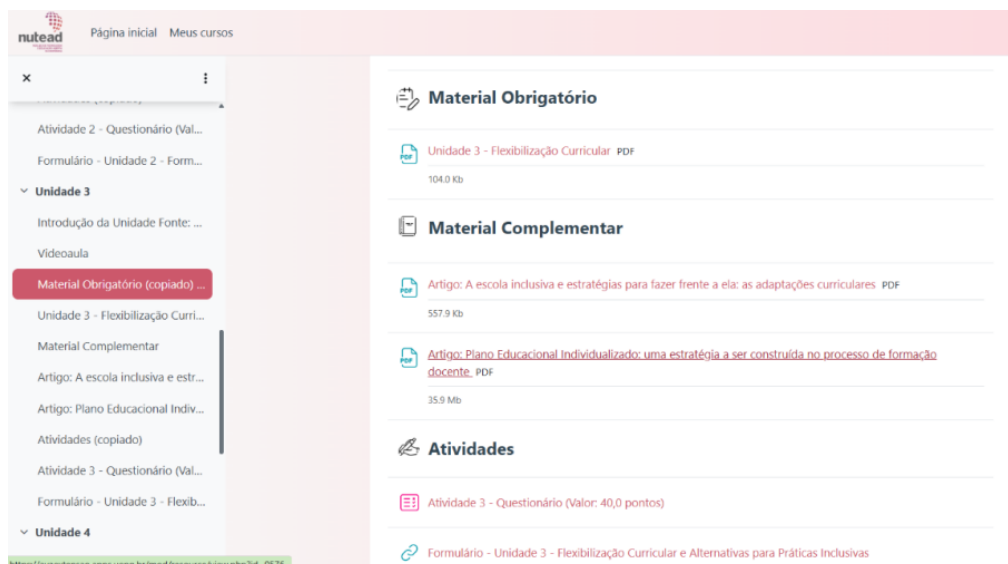
- a - Não há espaço para inovação em sala de aula.
- b - O professor pode adaptar o currículo para contemplar adequadamente a realidade que se apresenta em sala.
- c - Apesar de possível, adaptações podem prejudicar alguns alunos para beneficiar outros.
- d - Adaptar os conteúdos não necessita de conhecimento dos alunos inclusos,

QUESTÃO 02: Observando sua prática em sala de aula, responda:

- **Como você, professor, pode integrar o uso das tecnologias assistivas dentro da sala de aula?**



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD



MÓDULO 04 – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação de alunos com deficiência deve ser pautada na adaptação curricular, considerando as especificidades de cada aluno, devendo ocorrer ao longo do processo ensino aprendizagem. O professor deve observar como o aluno realiza as atividades e constrói seu conhecimento e dessa forma criar estratégias de ensino, criando estratégias e materiais diversificados, para que aluno tenha autonomia em realizar as atividades propostas.

A avaliação, quando estruturada exclusivamente sob critérios padronizados e homogêneos, pode configurar uma barreira pedagógica. Avaliar na perspectiva inclusiva implica diversificar instrumentos, respeitar temporalidades e reconhecer diferentes formas de expressão do conhecimento.

Sobre a avaliação, temos no texto de Sandra Veras de Oliveira, Luciana Silva dos Santos e Priscila Bernardo dos Santos que:

Referente ao modelo de avaliação a qual é aplicado diz muito sobre o perfil do aluno, é nele que se revela se a inclusão realmente acontece, sendo ela por observações ou diagnóstica, não se trata de um currículo fácil de ser compreendido, mais de uma avaliação que promova a construção de conhecimentos baseados nas suas peculiaridades ou necessidades. A avaliação é de caráter inclusivo com os mesmos conteúdos e componentes curriculares, porém com alterações de métodos para que assim seja mais acessível ao aluno. Vale destacar que as atividades diárias fazem a ponte como complementos de preparação ao aluno como também os conhecimentos prévios de cada um, pois é um processo contínuo. Essas adequações avaliativas por serem contínuas são feitas para alcançar um determinado objetivo, isto é intencionalmente, bem como a apresentação de metodologias para se chegar a um resultado satisfatório na aquisição de conhecimentos e habilidades. Desse modo, cabe ao profissional da educação/ professor, usar metodologias para melhor absorção do conteúdo pelo alunado, diminuindo assim os obstáculos e dificuldades, isto é, um professor pesquisador, pois se faz necessário um profissional cada vez mais dinâmico que busque em prol da aprendizagem do aluno. (Oliveira, Santos e Santos, 2024, p. 17).

José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti nos diz que existe uma necessidade de organizar o trabalho pedagógico para que possamos acolher todos os alunos e isso traz muitos desafios para nossas escolas, principalmente as com um perfil mais tradicional que tem como objetivo padronizar os resultados. Muitas vezes essas escolas enquadram os alunos em perfis definidos voltados à produção e à meritocracia e são extremamente resistentes à inclusão (LANUTI, 2024).

Ao discutir a dimensão técnica e política da avaliação, evidencia-se que avaliar não é apenas medir resultados, mas refletir sobre o sentido da prática pedagógica. No paradigma inclusivo, a avaliação deve emancipar, e não classificar. Lanuti segue explanando sobre a avaliação:*

No mundo escolar, tão importante quanto a definição dos instrumentos pelos quais a avaliação ocorrerá, é a preocupação com o seu sentido. Enquanto a dimensão técnica da avaliação se preocupa em responder “como se avalia”, “quando se avalia” e “quem avalia”, a dimensão política busca respostas para “o que se avalia” e, sobretudo, “para que se avalia”. Essas são questões fundamentais para repensarmos os propósitos da educação escolar num contexto marcado pela diferença. Considerar as dimensões técnica e política da avaliação exige dos professores a reflexão sobre o ensino que oferecem. Entendo que um professor tem controle sobre o que ensina, jamais sobre o que um aluno aprende. Infelizmente a escola desconsidera tal impossibilidade e concebe a avaliação como um instrumento pelo qual a aprendizagem (ou sua ausência) pode ser evidenciada por uma resposta correta ou errada, respectivamente. O erro, nesse caso, representa o não saber. Além da superação da dimensão técnica da avaliação, outro desafio a ser superado quando pretendemos uma avaliação na concepção inclusiva é a retomada do paradigma do ensino. Hoje, a escola está centrada no paradigma da aprendizagem. (LANUTI, 2024, p. 2)

O Ministério da Educação lançou em 2000 algumas cartilhas que explanam sobre os Parâmetros Curriculares e as adaptações necessárias para que a escola possa se tornar inclusiva. Nos diz sobre a avaliação na cartilha 6:

Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno (Ministério da Educação, 2000, p. 24).

Finalmente, Lanuti nos apresenta o seguinte pensamento:

O entendimento de que a aprendizagem não está subordinada ao ensino e que cada pessoa aprende de um modo, reconfigura o sentido que se tem atribuído, hoje, à avaliação. Esse é um dos grandes desafios que temos de enfrentar. Avaliar no paradigma do ensino e em uma concepção inclusiva, diz respeito a um processo pelo qual os alunos refletem sobre o que aprenderam na aula e também fora dela, sobre o que já conhecem e sobre o que desejam saber. O professor, então, repensa constantemente o ensino que oferece. A avaliação emancipa estudantes e professor. (LANUTI, 2024, p. 6)

Podemos dizer que a avaliação constitui um registro escrito que tem como princípio a busca de respostas educativas que sejam mais adequadas para as necessidades de cada aluno em sala de aula. Desse modo, a avaliação inclusiva

articula-se ao currículo inclusivo e à acessibilidade, consolidando um processo pedagógico comprometido com a equidade e a superação das barreiras à aprendizagem. Muitas vezes devemos realizar adaptações no processo, mais se entendemos que nem todos os alunos aprendem igual, não é difícil inferir que nem todos os alunos expressam seu aprendizado de maneira igual. Esse é o motivo pelo qual a adaptação se faz tão necessária na realidade da inclusão: aferir da forma mais adequada o aprendizado dos alunos que são tão diferentes.

MATERIAL DE APOIO AO ESTUDO:

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **Avaliação da aprendizagem na escola inclusiva: a contradição, os desafios e uma possibilidade.** CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.16, n.3, p. 01-20, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/3700/2970>. Acesso em: 11 jun. 2025

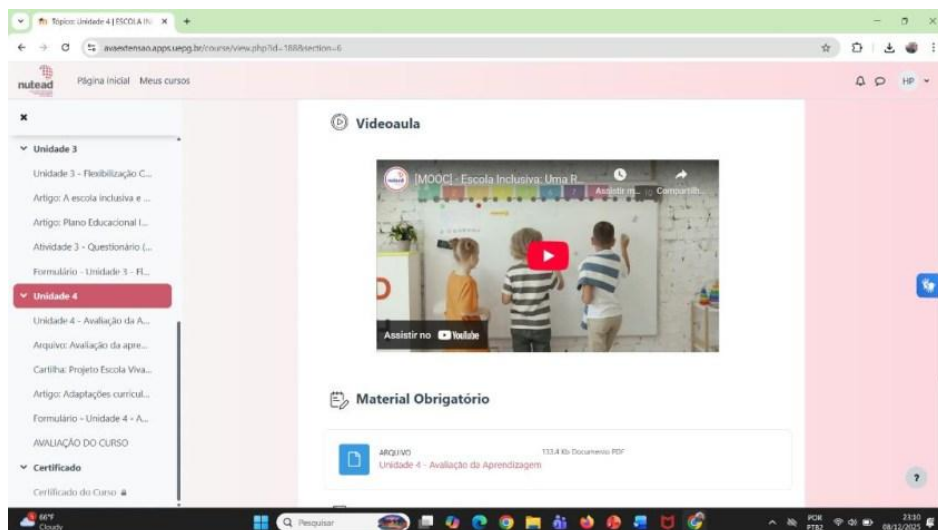
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Adaptações curriculares de grande porte.** MEC, Brasília, 2000. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Sandra Veras de; DOS SANTOS, Luciana Silva; DOS SANTOS, Priscila Bernardo. **Adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva.** Revista Campo do Saber. V. 10 – N. 1 - Jan/Jun. de 2024. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/campodosaber/article/view/742>. Acesso em 08 jun. 2025

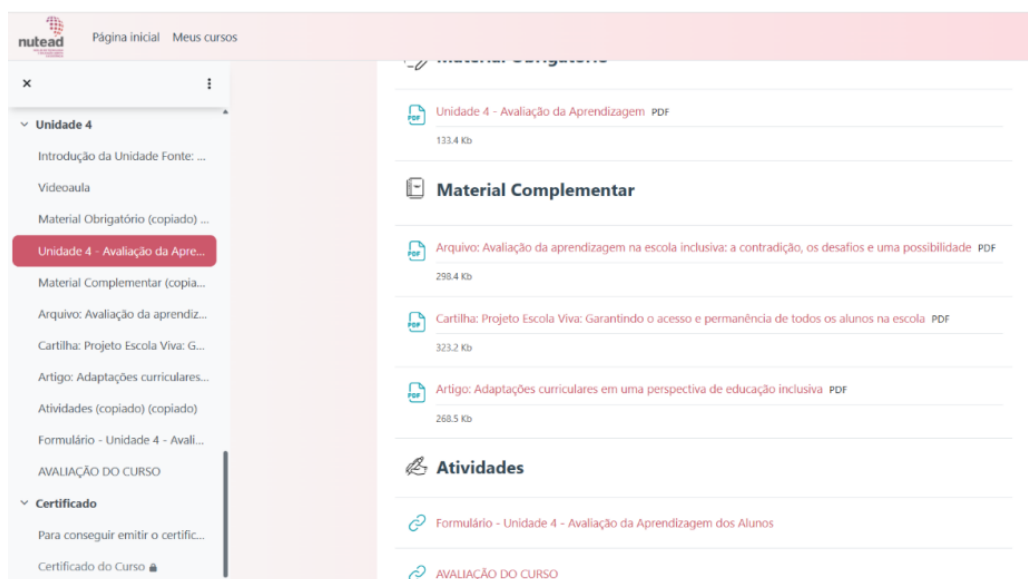
ATIVIDADES

QUESTÃO 01 - Ao concluir o curso, responda:

- **Quais estratégias e recursos você, como professor, acredita que sejam viáveis de serem implementadas na avaliação do aluno incluso?**



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

AVALIAÇÃO DO CURSO

Sobre o curso que acabamos de finalizar, responda:

1 – No que se refere à oferta do curso inclusão:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

2 – Sobre a estrutura do curso no que se refere aos vídeos disponibilizados:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

3 – Sobre a estrutura do curso no que se refere aos textos disponibilizados:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

4 – Sobre a avaliação realizada ao final de cada módulo:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

5 – Sequência de apresentação dos conteúdos:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

6- Linguagem utilizada nos materiais:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

7 – Conteúdo adequado aos objetivos propostos:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

8 - Sobre o acesso e utilização da plataforma para a realização do curso:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

9 - Relacionar os conteúdos com a prática:

a - 0 a 3 – Regular; b - 4 a 7 – Bom; c - 8 a 10 – Ótimo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO



Sistema de Avaliação

Avaliação

A avaliação do curso será efetuada em uma etapa:

1. Avaliação processual ocorrerá durante o desenvolvimento do curso e será feita por meio da execução das atividades propostas no AVA – UEPG. Valor: 100,0 pontos (nota: 10,0)

Unidades	Atividades	Valor
Unidade I	Responder questões sobre a sua história pedagógica.	30,0
Unidade II	Assistir ao vídeo e responder à questão sobre ele. Observando seu processo de formação como professor, responder à questão.	30,0
Unidade III	Assistir ao vídeo e responder à questão sobre ele. Observando sua prática em sala de aula, responder à questão.	40,0
Total:		100,0

Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

CERTIFICAÇÃO DO CURSO



Fonte: Print retirado do curso no Portal NUTEAD

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em jun. 2025.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares.** Brasília: MEC, 1999. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: jun. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaeducacaoespecial.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em jun. 2025.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.** Wakefield, MA: CAST, 2018. 45 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

GLAT, Rosana; VIANNA, Marcia Marin; REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente**. Ciências Humanas e Sociais em Revista, p. 79-100, v. 34, n. 12. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/chsr.2014.005>> . Acesso em jan. 2025.

GONZÁLEZ MANJÓN, D. **Adaptaciones curriculares: guía para su elaboración**. Granada: Aljibe, 1995.

HEREDERO, E.S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a32ada78-5614-4d17-a10f-faa2d29b761a>. Acesso em jun. 2025

KASSAR, M.M. C. **Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, Maio-Ago., 2011. Edição Especial. p.41-58. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em jan. 2025.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **Avaliação da aprendizagem na escola inclusiva: a contradição, os desafios e uma possibilidade**. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.16, n.3, p. 01-20, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/3700/2970>. Acesso em: jun. 2025

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 96 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Adaptações curriculares de grande porte**. MEC, Brasília, 2000. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>. Acesso em: jun. 2025.

OLIVEIRA, Sandra Veras de; DOS SANTOS, Luciana Silva; DOS SANTOS, Priscila Bernardo. **Adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva**. Revista Campo do Saber. V. 10 – N. 1 - Jan/Jun. de 2024. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/campodosaber/article/view/742>. Acesso em jun. 2025

PLETSCH, Márcia Denise. **Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 168 p.

REIS, Marlene Barbosa Freitas. **Diversidade e Inclusão: desafios emergentes na formação docente**. REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura, v, 8,

n, 1, 2016. P. 1-18. Disponível em:
file:///D:/Usu%C3%A1rio/Downloads/admin,+Journal
+manager,+4731-15826-1-RV+ok.pdf. Acesso em abr. 2025.

SOUZA, F. F, DAINEZ, D. SMOLKA, A.L., SCIAN, R., HULSHOF, C. **Políticas e práticas de educação inclusiva: condições e contradição no cotidiano de uma escola de ensino fundamental**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(82). Arizona State University. EUA. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275604238_Politicas_e_praticas_de_educacao_inclusiva_condicoes_e_contradicoes_no_cotidiano_de_uma_escola_de_ensino_fundamental . Acesso em jun. 2025.

VIRALONGA, Carla Ariela Rio; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Formação de professores como estratégia para realização do coensino**. v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7327>. Acesso em abr. 2025.